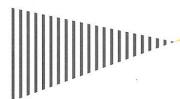
Demonstrações Financeiras "carve-out"

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente





Demonstrações Financeiras "carve-out"

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"	1
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "car	ve-out"11



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor do Hospital Geral do Grajaú São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Hospital Geral do Grajaú ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Geral do Grajaú em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carveout". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carveout" e restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 2 que descreve a base elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos, bem como que as mesmas foram elaboradas pela diretoria do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, essas demonstrações financeiras "carve- out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica, bem como podem não ser adequados para outras finalidades.



Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Hospital Geral do Grajaú e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e reequilíbrio econômicofinanceiro do contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras "carve-out", que indica que em 31 de dezembro de 2022 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 8.849.457, patrimônio líquido negativo em R\$ 9.589.296 e saldo de déficits acumulados de R\$ 15.068.089. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.3, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa indicam incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade, bem como descreve as alternativas que o Instituto vem buscando junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 13 de abril de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras "carve-out".

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras "carveout"

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve out", a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out".



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out".

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP034519/O

Fabio Henrique Rontani Fonseca Contador CRC-SP292795/O

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

Ativo circulante Caixa e Banco Recursos financeiros vinculados à projetos Estoques Créditos diversos	Nota - 4 5	2022 20.808 8.593.182 2.776.491 672.732	2021 44.544 3.105.979 2.196.725 494.494
Total do ativo circulante		12.063.213	5.841.742
Ativo não circulante Direito de uso Depósitos judiciais Intangível Imobilizado Total do ativo não circulante	6 12 - 7	518.171 205.698 26.473 12.325.363 13.075.705	805.867 215.854 - 9.905.409 10.927.130
Total do ativo		25.138.918	16.768.872

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

Passivo	Nota	2022	2021
Passivo circulante Fornecedores Arrendamento a pagar Obrigações trabalhistas Obrigações tributárias de terceiros Outras contas a pagar	8 9 10 11	6.671.937 232.222 13.731.592 254.635 22.284	6.229.148 247.959 12.318.359 207.806 393.696
Total do passivo circulante		20.912.670	19.396.968
Passivo não circulante Arrendamento a pagar Provisão para demandas judiciais Subvenções de investimentos à realizar Subvenção de bens a apropriar - imobilizado Total do passivo não circulante	9 12 13 14	302.498 4.079.831 1.497.768 7.935.447	557.908 6.002.192 697.002 5.182.891
Patrimônio líquido (Déficits) acumulados	15	(15.068.089)	(17.524.364)
Superávit do exercício		5.478.793	2.456.275
Total do patrimônio líquido negativo		(9.589.296)	(15.068.089
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		25.138.918	16.768.872

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio".

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - Estadual	16	167.278.052	150.876.389
Receitas com doações	17	526.845	4.108.525
Aquisição de Imobilizado com verba de custeio	16	(43.922)	-1. 100.020
Outras receitas	18	785.518	868.287
	10	168.546.493	155.853.201
Custos e despesas operacionais		100.010.100	
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	19	(144.012.202)	(137.758.971)
Utilidade pública	20	(3.610.425)	(3.239.746)
Serviços profissionais	21	(10.001.979)	(8.448.220)
Contingências	12	(935.214)	682.200
Depreciações	7	(1.856.456)	(1.534.879)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	22	(4.107.751)	(3.874.995)
and the second s		(164.524.027)	(153.726.186)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		4.022.466	2.127.015
Despesas financeiras	23	(71.115)	(30.976)
Receitas financeiras	23	1.527.442	360.236
Nootao manomao	20	1.027.442	
Resultado financeiro	23	1.456.327	329.260
Superávit do exercício		5.478.793	2.456.275

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

	2022	2021
Déficit (superávit) do exercício	5.478.793	2.456.275
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	5.478.793	2.456.275

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

Demonstrações das mutações do patrimônio liquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

	(Déficts) acumulados	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(23.892.991)	6.368.627	(17.524.364)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado Superávit do exercício	6.368.627	(6.368.627) 2.456.275	2.456.275
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(17.524.364)	2.456.275	(15.068.089)
Incorporação do superavit do ano anterior ao déficit acumulado Superávit do exercício	2.456.275	(2.456.275) 5.478.793	5.478.793
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(15.068.089)	5.478.793	(9.589.296)

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

Ajustes por: Provisão Reversão para contingências 935.214 (682.200 Depreciação de Imobilizado e Amortização de Direito de Uso 1.890.379 1.534.878 Amortização de Intargivel 29.902 Juros de Arrendamento 23.188 Valor residual do ativo imobilizado baixado (23.873) Receita de aplicações financeiras (1.506.599) (318.122 Doação recebidas em equipamentos médicos (3.054.543 Variação de ativos e passivos operacionais Aumento redução dos ativos Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios (579.766) 1.792.58 Créditos diversos (178.238) 8.83 Depósitos judiciais (1.166 49.74 Aumento redução dos passivos Fornecedores (42.769 (927.626 Dorigações trabalhistas (1.413.233 208.511 Obrigações trabalhistas (31.412 334.621 Obrigações trabalhistas (31.412 334.621 Obrigações de bens a apropriar - imobilizado (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida (3.979.233) (4.31.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (3.979.233) (2.437.674 Addições no imobilizado (2.3870) (185.963 Recursos financeiros vinculados a projetos (3.979.233) (2.437.674 Addições no imobilizado (2.3870) (185.963 Recursos financeiros vinculados a financiamento (223.870) (185.963 Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento (240.099) (185.963 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento (240.099) (185.963 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento (240.099) (185.963 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (44.544 (44.54)	(Valores expressos em reals - rw)	2022	2021
Ajustes por:	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Provisão/Reversão para contingências 935.214 (682.200		5.478.793	2.456.275
Depreciação de Impolitizado e Amortização de Direito de Uso			
Amortização de Intangivel Juros de Arrendamento Valor residual da ativo imobilizado baixado Receita de aplicações financeiras Variação de ativos e passivos operacionais Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios Estoques Créditos diversos Depósitos judiciais Depósitos judiciais Por redução dos ativos Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios Estoques Créditos diversos Depósitos judiciais Depósitos judiciais Depósitos judiciais Depósitos judiciais Por recedores Aumento (redução) dos passivos Fornecedores Auzores Obrigações trabalhistas 1.413.233 208.511 Obrigações trabulárias Ale Re29 Obrigações trabulárias Ale Re29 Outras contas a pagar Subvenções de investimentos à realizar Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 322.566 Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Recursos financeiros vinculados a projetos Recursos financeiros vinculados a projetos Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Direito de uso Recursos financeiros vinculados a projetos Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Direito de caixa das atividades de financiamento Pagamento de arrendamento Pagamento de arrendamento Pagamento de arrendamento Pagamento de juros sobre arrendamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 20.808 44.544 1.445 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 20.808 44.544			(682.200)
Juros de Arrendamento 23,188 Valor residual do ativo imbilizado baixado (23,873) Receita de aplicações financeiras (1,506,599) (318,122 Doação recebidas em equipamentos médicos (23,054,543) Variação de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios - 108,366 Estoques (579,766) 1,722,586 Créditos diversos (178,238) 3,833 Créditos diversos (178,238) 3,833 Depósitos judiciais 10,156 49,744 Aumento (redução) dos passivos - 789 Fornecedores 442,789 (927,626 Obrigações trabultistas 1,413,233 20,811 Obrigações trabultistas 1,413,233 20,811 Obrigações trabultidrias 46,829 (33,4021 Outras contas a pagar (371,412) 38,163 Subvenções de investimentos à realizar 800,766 548,88 Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2,752,556 822,565 Contingências pag			1.534.879
Valor residual do ativo imobilizado baixado (23.873)			-
Receita de aplicações financeiras (3.506.599) (3.18.122 (3.054.543 (3.054			-
Doação recebidas em equipamentos médicos - (3.054.543 Variação de atrivos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios 10.156 1.792.58			(0.4.0.4.00)
Variação de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios Estoques (579.766) 1.792.58: Créditos diversos (178.238) 9.83: Depósitos judiciais 10.156 49.744 Aumento (redução) dos passivos Fornecedores 442.789 (927.626 Obrigações trabalhistas 1.413.233 206.511 Obrigações trabalhistas 46.829 (334.021 Outras contas a pagar (371.412) 381.633 Subvenções de investimentos à realizar 80.766 548.88: Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 822.56: Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento Direito de uso (3.979.233) 2.437.674 Adições no imobilizado a projetos (3.979.233) 2.437.674 Adições no imobilizado de financiamento Pagamento de arrendamento (223.870) (185.969 Pagamento de arrendamento (223.870) 619.895 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento Pagamento de arrendamento (223.870) 619.895 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.445 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 20.808 44.544		(1.506.599)	
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios 108.366 Estoques (579.766) 1.792.581 Créditos diversos (178.238) 9.833 Depósitos judiciais 10.156 49.741 Aumento (redução) dos passivos 442.789 (927.626 Obrigações tributárias 442.789 (927.626 Obrigações tributárias 44.829 (334.021 Obrigações tributárias 44.829 (334.021 Obrigações tributárias 46.829 (348.021 Obrigações tributárias 46.829 (348.021 Obrigações tributárias 46.829 (348.021 Obrigações tributárias 46.829 (348.021 Obrigações tributárias 42.752.556 (348.021 Obrigações tributár		-	(3.054.543)
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios - 108.366 Estoques (579.766) 1.792.581 Créditos diversos (178.238) 9.833 Depósitos judiciais 10.156 49.744 Aumento (redução) dos passivos 442.789 (927.626 Fornecedores 442.789 (927.626 Obrigações tribalhistas 1.413.233 208.511 Obrigações tributárias 46.829 (334.021 Outras contas a pagar (3714.12) 381.633 Subvenções de investimentos à realizar 800.766 548.88 Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 822.565 Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento (991.836 Direito de uso (991.836 (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.781 Fluxo de caixa das ativ			
Estoques	(Admento) redução dos ativos		
Créditos diversos (178,238) 9.83; Depósitos judiciais 10.156 49.744 Aumento (redução) dos passivos	Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(<u>u</u> r	108.366
Depósitos judiciais 10.156 49.744 Aumento (redução) dos passivos 442.789 (927.626 Pornecedores 442.789 (927.626 Obrigações trabalhistas 1.413.233 208.51 Obrigações tributárias 46.829 (334.021 Outras contas a pagar (371.412) 381.63 Subvenções de investimentos à realizar 800.766 548.88 Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 822.565 Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento (3.979.233) 2.437.674 Direito de uso - (991.836 Recursos financeiros vinculados a projetos (3.979.233) 2.437.674 Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.78* Fluxo de caixa das atividades de financiamento (223.870) (8.982.118)			1.792.587
Aumento (rédução) dos passivos 442.789 (927.626 Fornecedores 442.789 (927.626 Obrigações trabalhistas 1.413.233 208.511 Obrigações tributárias 46.829 (334.021 Outras contas a pagar (371.412) 381.633 Subvenções de investimentos à realizar 800.766 548.88 Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 822.56 Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento Direito de uso - (991.836 Recursos financeiros vinculados a projetos (3.979.233) 2.437.676 Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.78 Fluxo de caixa das atividades de financiamento Pagamento de arrendamento (223.870) (185.969 Caixa líquido gerado			9.832
Fornecedores		10.156	49.748
Obrigações trabalhistas 1.413.233 208.51 Obrigações tributárias 46.829 (334.021 Outras contas a pagar (371.412) 381.634 Subvenções de investimentos à realizar 800.766 548.88 Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 822.565 Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento - (991.836 Direito de uso (3.979.233) 2.437.674 Adições no imobilizado (3.979.233) 2.437.674 Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.78* Fluxo de caixa das atividades de financiamento (223.870) (185.969 Pagamento de arrendamento (24.089) 805.86* Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.88* Variação de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			years consisten
Obrīgações tributárias 46,829 (334,021 Outras contas a pagar (371,412) 381,631 Subvenções de investimentos à realizar 800,766 548,88 Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2,752,556 822,563 Contingências pagas (2,857,575) (3,924,358 Receita diferida - (431,000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8,306,342 (1,758,587 Fluxo de caixa das atividades de investimento Direito de uso - (991,836 Recursos financeiros vinculados a projetos (3,979,233) 2,437,674 Adições no imobilizado (4,102,885) (264,053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8,082,118) 1,181,781 Fluxo de caixa das atividades de financiamento Pagamento de arrendamento (223,870) (185,969 Pagamento de juros sobre arrendamento (24,089) 805,861 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247,959) 619,881 Variação de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício <td></td> <td></td> <td></td>			
Outras contas a pagar (371.412) 381.63 Subvenções de investimentos à realizar 800.766 548.88 Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 822.566 Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento - (991.836 Recursos financeiros vinculados a projetos (3.979.233) 2.437.676 Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.78 Fluxo de caixa das atividades de financiamento (223.870) (185.969 Pagamento de arrendamento (24.089) 805.86 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.89 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.09 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.448 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544			
Subvenções de investimentos à realizar 800.766 548.88 Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 822.556 Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento - (991.836 Direito de uso - (991.836 Recursos financeiros vinculados a projetos (3.979.233) 2.437.676 Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.78 Fluxo de caixa das atividades de financiamento (223.870) (185.969 Pagamento de arrendamento (24.089) 805.86 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.89 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.09 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.445 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544			
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado 2.752.556 822.556 Contingências pagas (2.857.575) (3.924.358 Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento - (991.836 (991.836 Direito de uso - (991.836 (3.979.233) 2.437.674 Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.78 Fluxo de caixa das atividades de financiamento (223.870) (185.969 Pagamento de arrendamento (24.089) 805.86 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.89 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.09 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.445 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.545			
Contingências pagas Receita diferida (2.857.575) (3.924.358 (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento Direito de uso Recursos financeiros vinculados a projetos (3.979.233) 2.437.674 Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.78 Fluxo de caixa das atividades de financiamento (223.870) (185.969 805.86 Pagamento de arrendamento Pagamento de juros sobre arrendamento (240.89) 805.86 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.89 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.09 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.44 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.54			
Receita diferida - (431.000 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 8.306.342 (1.758.587 Fluxo de caixa das atividades de investimento (991.836 Direito de uso (3.979.233) 2.437.674 Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053 Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.787 Fluxo de caixa das atividades de financiamento (223.870) (185.969 Pagamento de arrendamento (24.089) 805.867 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.896 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.099 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.446 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento Direito de uso Recursos financeiros vinculados a projetos Adições no imobilizado Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Pagamento de arrendamento Pagamento de arrendamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544		(2.037.373)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento Direito de uso Recursos financeiros vinculados a projetos Adições no imobilizado Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Pagamento de arrendamento Pagamento de juros sobre arrendamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544	Noona anona		(401.000)
Direito de uso Recursos financeiros vinculados a projetos Adições no imobilizado Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Pagamento de arrendamento Pagamento de juros sobre arrendamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.306.342	(1.758.587)
Recursos financeiros vinculados a projetos Adições no imobilizado Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Recursos financeiros vinculados a projetos Adições no imobilizado Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Pagamento de arrendamento Pagamento de juros sobre arrendamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Variação de caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições no imobilizado (4.102.885) (264.053) Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (8.082.118) 1.181.787 Fluxo de caixa das atividades de financiamento Pagamento de arrendamento (223.870) (185.969) Pagamento de juros sobre arrendamento (24.089) 805.867 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.897 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.097 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.447 Caixa e eqiuvalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544	Direito de uso	-	(991.836)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Pagamento de arrendamento Pagamento de juros sobre arrendamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Variação de caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 1.181.783 1.181.78	Recursos financeiros vinculados a projetos		2.437.676
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Pagamento de arrendamento Pagamento de juros sobre arrendamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Variação de caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 (223.870) (247.959) (185.969 (247.959) 619.893 (23.736) 43.099 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.445	Adições no imobilizado	(4.102.885)	(264.053)
Pagamento de arrendamento(223.870) (24.089)(185.969) 805.86Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos(247.959)619.898Variação de caixa e equivalentes de caixa(23.736)43.098Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício44.5441.448Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício20.80844.544	Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(8.082.118)	1.181.787
Pagamento de juros sobre arrendamento (24.089) 805.86 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.898 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.099 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.448 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre arrendamento (24.089) 805.86 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.898 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.099 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.448 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544	Pagamento de arrendamento	(223 870)	(185 969)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (247.959) 619.898 Variação de caixa e equivalentes de caixa (23.736) 43.099 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.449 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544			
Variação de caixa e equivalentes de caixa(23.736)43.099Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício44.5441.449Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício20.80844.544	agamento de jaros estre amendamento	(2 11000)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 44.544 1.445 Caixa e eqiuvalentes de caixa no final do exercício 20.808 44.544	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(247.959)	619.898
Caixa e eqiuvalentes de caixa no final do exercício	Variação de caixa e equivalentes de caixa	(23.736)	43.099
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.544	1.445
Variação de caiva e equivalentes de caiva (23.736) (23.736)	Caixa e eqiuvalentes de caixa no final do exercício	20.808	44.544
valiação de caixa e equivalentes de caixa (25.730) 45.09:	Variação de caixa e equivalentes de caixa	(23.736)	43.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out"

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto")

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2°).

Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública.

1.2 Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John AlPhonse Di Dio"

Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0005-66, localizada na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180, Grajaú. Em 01 de dezembro de 2021, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº PROCESSO SES-PRC-2021/33119, que prevê a gestão por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 828.000.000, com repasses previstos para 2022 de R\$ 165.600.000.

1.3 Plano da Administração para o Hospital Geral do Grajaú

A unidade Hospital Geral do Grajaú, incorreu em superávit de R\$ 5.478.793 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, reduzindo o patrimônio líquido negativo de R\$ 15.068.089 para R\$ 9.589.296. O valor do patrimônio líquido negativo é o menor desde 2012, ano em que o IRSSL assumiu a gestão do Hospital Geral do Grajaú. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 8.849.457.

O superavit apresentado ao final do exercício de 2022 refletiu em partes a não realização da produção na totalidade, tanto em saídas clínicas, como em saídas cirúrgicas e hospital dia e partes pelo trabalho interno de busca por economia e redução de despesas. Nas saídas clínicas, o não cumprimento das metas em detrimento da Covid 19 afetou consideravelmente os atendimentos, notificamos junto à SES também quanto ao super dimensionamento das clinicas pediátrica e obstétricas, apesar das estratégias adotadas para melhoria da performance não conseguimos atingir os resultados contratados. Nas saídas cirúrgicas houve a suspensão de cirurgias eletivas no primeiro semestre em virtude da contaminação do Covid 19 e no Hospital Dia, ocorreu a falta de demanda de pacientes para pequenos procedimentos cirúrgicos, devido a concorrência com unidades ambulatoriais da prefeitura. Informamos a SES sobre essas dificuldades e dos nossos esforços em busca de uma melhor performance. Quanto ao trabalho de redução de despesas, destacamos as ações de conscientização das equipes, as intervenções farmacêuticas e avaliação dos coordenadores médicos para liberação de medicamentos de alto custo

Para o ano de 2023, a administração mantêm a perspectiva de superávit. Ocorreu alinhamento com a SES, visando a readequação de metas, com redução de saídas clínicas e hospital dia e aumento em saídas cirúrgicas e consultas ambulatoriais, além da manutenção do plano de redução de despesas. O superávit projetado garante a tendência de redução no patrimônio líquido negativo da unidade.

O Hospital Geral do Grajaú, é certificado pela ONA (nível III) que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa.

1.4 Imunidade Tributária

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal.

Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços.

Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público.

2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Geral do Garjaú "Professor Liberato John AlPhonse Di Dio" ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas Organização Social de Saúde – (OSS).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renoválo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato

de gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial.

A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 30 de março de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e
- Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2.

O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 25 - Instrumentos financeiros

d. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais práticas contábeis

a. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema.

b. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2022 e 2021 não foi identificados itens elegíveis a provisão.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos

construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos medicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior.

d. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na

remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

g. Provisão para demandas judiciais

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

Subvenções governamentais

Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma:

- Subvenção para custeio Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas.
- Subvenção para investimentos relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados
 ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida,
 enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição
 do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar imobilizado", sendo
 reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos.
- Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

j. Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público geralmente no início do mês à competência.

k. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out".

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Nos exercícios de 2022 e 2021 o Instituto não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros

efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Arrendamentos

O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2022, possuiamos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2).

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade:

- Contrato Oneroso custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

Adicionalmente existem normas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras "carve out" da Entidade, que não deverão ter impacto significativo para a Entidade listados abaixo:

- CPC 50 Contratos de Seguro;
- CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

4. Recursos financeiro vinculados a projetos

	2022	2021
Aplicações financeiras	8.593.182	3.105.979
Deference as windingly and a Final and a language		

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 94% a 103% do CDI (em 2022 a rentabilidade média foi de 97,3% do CDI).

5. Estoques

	2022	2021
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	1.853.284 	1.661.387 535.338
	2.776.491	2.196.725

6. Direito de uso

2022 2021 Equipamentos de informática 518.171 805.867 Mapa de movimentação do direito de uso 2021 2022 Saldo inicial 805.867 Adição 991.836 Depreciação (287.696)(185.969)Saldo final 518.171 805.867

7. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2022	2021
Instalações	10%	3.504.414	(560.700)	2.943.714	3.104.762
Móveis e utensílios	10%	1.950.555	(1.143.925)	806.630	898.662
Máquinas e equipamentos médicos	10%	14.066.300	(5.997.849)	8.068.451	5.271.847
Máquinas e equipamentos em geral	10%	1.131.607	(625.039)	506.568	598.331
Veículos	20%	31.300	(31.300)	-	-
Total	_	20.684.176	(8.358.813)	12.325.363	9.873.602

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Saldo em			Saldo em
31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022

Custo

erg c c c j	THE CONTROL	000, 10	0 000
em:	31 de dezen	nbro de	2022

			em Ji de dez	zembro de 2022
Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos medicos Máquinas e equipamentos em geral Veículos	3.504.414 1.963.549 10.103.319 1.127.972 31.300	10.491 4.046.550 21.213	(23.485) (83.569) (17.578)	3.504.414 1.950.555 14.066.300 1.131.607 31.300
Total custo	16.730.554	4.078.254	(124.632)	20.684.176
Depreciação Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos médicos Máquinas e equipamentos em geral Veículos	(399.652) (1.064.887) (4.831.472) (529.641) (31.300)	(161.048) (97.935) (1.233.637) (110.063)	18.897 67.260 14.665	(560.700) (1.143.925) (5.997.849) (625.039) (31.300)
Total depreciação	(6.856.952)	(1.602.683)	100.822	(8.358.813)
Saldo líquido	9.873.602	2.475.571	(23.810)	12.325.363
	Saldo em			Saldo em
Custo Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos medicos Máquinas e equipamentos em geral Veículos	2.276.183 2.091.606 8.532.668 928.766 31.300	Adições 1.228.231 31.713 1.941.247 239.283	(159.770) (370.596) (40.077)	3.504.414 1.963.549 10.103.319 1.127.972 31.300
Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos medicos Máquinas e equipamentos em geral	2.276.183 2.091.606 8.532.668 928.766	1.228.231 31.713 1.941.247	(159.770) (370.596)	3.504.414 1.963.549 10.103.319 1.127.972
Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos medicos Máquinas e equipamentos em geral Veículos	2.276.183 2.091.606 8.532.668 928.766 31.300	1.228.231 31.713 1.941.247 239.283	(159.770) (370.596) (40.077)	3.504.414 1.963.549 10.103.319 1.127.972 31.300

A depreciação mensal está ocorrendo conforme percentuais descritos em nota explicativa nº 3 (c).

Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de

gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento a CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 15). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:

	2022	2021
Imobilizado com restrição Imobilizado sem restrição Total imobilizado	7.935.446 4.416.390 12.351.836	5.182.891 4.722.518 9.905.409
. Fornecedores		
	2022	2021
Fornecedores nacionais	6.671.937	6.229.148

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

9. Arrendamento a pagar

8.

Arrendamento a pagar	518.171	805.867
Saldo em 31 de dezembro de 2021	805.867	
Novo contrato	-	991.836
Principal Pago	(223.870)	(185.969)
Juros Pagos	(24.089)	
Juros Incorridos	(23.188)	
Movimentação do Exercício	(271.147)	805.867
Saldo em 31 de dezembro de 2022	534.720	805.867
Curto Prazo	232.222	247.959
Longo Prazo	302.498	557.908
	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos futuros		
2022 2023	232.222	271.147 232.222
2023	232.222	240.886
2025	61.612	61.612
	534.720	805.867

2022

2021

Refere-se a contrato de arrendamento firmado em 2021 registrado pelo Instituto em atendimento a CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente pelo atendimento ao item 63c, que determina que o prazo do arrendamento deve ser equivalente à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo se a propriedade não for transferida. No caso do Instituto, a vida útil econômica foi estimada em 60 meses e o contrato de locação possui vigência de 48 meses.

O contrato refere-se a aparelhos de informática (servidores) a ser pago em 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 20.663. A taxa de juros utilizadas no fluxo de pagamentos futuros é de 15,78%.

10. Obrigações trabalhistas

	2022	2021
	7.186.640	
Provisão para férias e encargos sobre férias		6.716.499
Salários e ordenados a pagar	3.567.844	3.469.367
Salários e ordenados a pagar Contribuições e encargos sociais	2.977.108	2.132.493
	13.731.592	12.318.359

11. Obrigações tributárias de terceiros

		2021
PIS / COFINS / CSLL	143.673	41.108
INSS pessoa jurídica	64.562	7.799
IRRF	38.170	119.169
ISS	8.213	39.713
Impostos e taxas municipais	17	17
	<u>254.635</u>	207.806
	254.635	207.806

12. Provisão para demandas judiciais

	2022	2021
Provisão para demandas judiciais	4.079.831	6.002.192

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	2022				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas Cíveis	1.454.203 4.547.989	1.333.374 584.888	(250.020) (733.028)	(1.138.893) (1.718.682)	1.398.664 2.681.167
	6.002.192	1.918.262	(983.048)	(2.857.575)	4.079.831

			2021		
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas Cíveis	2.072.241 8.536.509	963.972 798.509	(280.352) (2.164.329)	(1.301.658) (2.622.700)	1.454.203 4.547.989
	10.608.750	1.762.481	(2.444.681)	(3.924.358)	6.002.192

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2022 são: trabalhistas R\$ 4.700.579 (R\$ 705.221 em 2021) e R\$ 1.097.313 de processos cíveis (R\$ 1.428.442 em 2021).

Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros.

Os principais temas cíveis abordados nesses processos versam, principalmente, sobre questões de erro médico. Caso essas contingenciais, venham a ter um desembolso financeiro provável, o Instituto negociará junto a Secretaria Estadual de Saúde um complemento de repasse no contrato de gestão para cobertura de eventual indenização.

Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

Natureza	2022	2021
Trabalhista	205.698	215.854
	205.698	215.854

13. Subvenção de investimentos a realizar

	2022	2021
Subvenções de investimentos a realizar	1.497.768	697.002

	Saldo em 31/12/2021	Mov	rimento de 2022	
		Recebimento de recursos	Consumo	Saldo em 31/12/2022
Subvenções de investimentos a realizar	697.002	1.109.922	(309.156)	1.497.768

		Mc		
	Saldo em 31/12/2020	Recebimento de recursos	Consumo	Saldo em 31/12/2021
Subvenções de investimentos a realizar	148.121	596.374	(47.493)	697.002

Referem-se aos recursos recebidos da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, porém ainda não utilizados mas que já estão destinados exclusivamente para anvestimentos para aquisições de equipamentos para as unidades.

14. Subvenção de bens a apropriar - imobilizado

				2022	2021
Subvenção de bens a apropriar – Imo	bilizado			7.935.447	5.182.891
		N	lovimento de 2	022	
	Saldo em 31/12/2021	Total de aquisições	Total de Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2022
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	5.182.891	4.076.851	(25.861)	(1.298.434)	7.935.447
		N	lovimento de 2	021	
	Saldo em 31/12/2020	Total de aquisições	Total de Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2021
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	4.360.328	1.829.546	(123.248)	(883.735)	5.182.891

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções

2000

de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 8 e 14.

15. Patrimônio Líquido

Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Remuneração da administração

O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do Conselho de Administração.

Foi apurado em 2022 o custo dos conselheiros com trabalho voluntários de R\$ 37.116 e em 2021 R\$ 37.298.

16. Receitas dos contratos de gestão - Estadual

	2022	2021
Receitas com contrato de gestão Estadual – Hospital Geral do Grajaú (a)	165.979.618	150.006.530
Receitas com Subvenção de Imobilizado	1.254.512	869.859
	167.234.130	150.876.389

(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5.

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos Receb 31/12/20	er Recursos de	e Recursos de Investimentos		Recursos Recebidos - Custeio	Receber
Hospital Geral do Grajaú - Custeio Hospital Geral do Grajaú - Investimento		- 165.979.618	300.000	(300.000)	(165.979.618)	-
Total		- 165.979.618	300.000		(165.979.618)	
Unidades	Recursos a Receber 31/12/2020	Recursos de Custeio		Recursos Recebidos - nvestimentos	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2021
HGG - Custeio	_	150.006.530	_	9 4	(150.006.530)	-
HGG - Investimento	108.366	-	596.374	(704.740)		<u> </u>
Total	108.366	150.006.530	596.374	(704.740)	(150.006.530)	•
17. Receitas com do	ações				2022	2021
Doação Instituto de Respo Outras receitas com doaç Projeto de Eficiência Ener	ões em espécie		s – Covid-19		526.845 - 526.845	2.063.780 816.514 1.228.231 4.108.525
(a) Doações de materiais e med	dicamentos de fo	ornecedores.				
18. Outras receitas						
					2022	2021
Residência médica					695.217	775.415
Locação de espaço					90.301	92.872
					785.518	868.287

19. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	2022	2021
Pessoal e encargos Serviços medicos Medicamentos e materiais Materiais de consumo Higiene e limpeza Nutrição Lavandeira e rouparia	(74.963.678) (36.879.602) (17.781.590) (4.972.042) (4.169.237) (2.937.483) (2.308.570)	(72.081.343) (34.410.775) (18.353.027) (4.006.996) (3.901.392) (2.469.265) (2.536.173)
	(144.012.202)	(137.758.971)

20. Utilidade pública

	2022	2021
Energia elétrica Água Gás natural Telecomunicações Combustíveis e lubrificantes	(1.635.502) (1.101.493) (647.212) (205.765) (20.453)	(1.455.070) (1.034.726) (513.430) (223.961) (12.559)
	(3.610.425)	(3.239.746)

21. Serviços profissionais

	2022	2021
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(6.394.009)	(5.891.428)
Manutenção e conservação	(2.151.159)	(1.055.633)
Suporte em infraestrutura de TI	(1.284.967)	(1.314.876)
Auditoria	(132.815)	(146.595)
Consultoria e assessoria	(39.029)	(39.688)
	(10.001.979)	(8.448.220)

⁽a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto (backoffice) para o Hospital Geral do Grajau de acordo com o termo de cooperação.

1.456.327

329.260

22. Outras (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Locação de equipamentos Impostos e taxas municipais (a) Segurança e vigilância Inventários nos estoques Arquivo e guarda de documentos Uniformes / E.P.I. Ornamentação e paisagismo Despesas legais / fiscais / parafiscais Outras despesas	(2.376.609) (1.200.363) (276.950) (235.868) (182.173) (96.163) (26.553) (79.842) (57.412)	(2.223.112) (590.757) (259.641) (394.136) (164.201) (82.634) (34.320) (47.412) (78.782)
Outras despesas	(4.531.933)	(3.615.354)
Outras receitas	424.182	448.425
	(4.107.751)	(3.166.929)
(a) Despesas com Taxas de Lixo (TRSS). 23. Receitas financeiras, líquidas		
25. Necellas illiancellas, liquidas		
Receita de aplicações financeiras Descontos obtidos	1.506.599 20.843 1.527.442	318.122 42.114 360.236
Juros e multas sobre parcelamento Outras despesas financeiras Multas Juros incorridos	(27.268) (52) (43.794) (71.115)	(1.011) (26.542) (3.423) (30.976)

24. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021), o Instituto não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez".

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto.

O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2022		<u> </u>	Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros	Valor	Total	6 meses ou	06 - 12	01 - 02		
não derivativos	Contábil		Menos	meses	anos		
Fornecedores Arrendamento a pagar Outras contas a pagar	6.653.647	6.653.647	6.653.647	-	-		
	557.908	557.908	-	247.959	309.949		
	22.284	22.284	-	22.284	-		
Total	7.233.839	7.233.839	6.653.647	270.243	309.949		

31/12/2021

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos
Fornecedores	6.229.148	6.229.148	6.229.148
Total	6.229.148	6.229.148	6.229.148

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	Nota	2022	2021
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	8.593.182	3.105.979
Outros ativos	=	672.732	494.494
Total		9.265.914	3.600.473

25. Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal.

PIS e COFINS

Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP.

ISS sobre a receita (ISSQN)

O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços.

Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços.

A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob nº 2022-000426/CR03, para o exercício de 2022.

Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2022 e de 2021. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias;
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos);

O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal.

Muito embora existe orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CODELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o calculo como se devido fosse.

	2022	2021
Receita dos contratos de gestão - Estadual	167.234.130	150.876.389
ISS 2% PIS 0,65% COFINS 3%	3.344.683 1.087.022 5.017.024	3.017.528 980.697 4.526.292
	9.448.729	8.524.517
Superávit do exercício	5.478.793	2.456.275
IRPJ e CSLL 34%	1.488.040	835.134
Receita com doações	526.844	4.108.525
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)	21.074	164.341
Total das estimativas e príncipais renúncias	10.957.843	9.523.992

26. Isenção de INSS cota patronal

Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136428/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto 2019, seção 1, página 75.

Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%.

Em 15/09/2021 ingressamos com o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde conforme Processo de renovação SEI nº 25000.138728/2021-77 Ofício nº 1507/2021/CGCER/DCEBAS/SAES/MS . Até a publicação deste Relatório de Auditoria não tivemos retorno ante a petição.

Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2022 e 2020 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

31/12/2022

31/12/2021

Pessoal e encargos

74.963.678

72.081.343

Total da estimativa de isenção (Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)

20.360.135

19.577.293

Maria Angela Atallah Presidente do conselho de

administração do Instituto

Carolina Lastra Diretora Executiva Mario Sergio Cutait Membro do conselho de administração do Instituto

Cláudio Augusto Generoso Gerente Financeiro e Contábil

Rildo Ancigan de Siqueira Contador - CRC 1PE020957/O-0 'T' SP